

Resumo de Aviso do Plano Anual de Avisos

Aviso a publicar em: -

Natureza do aviso: Convite

Âmbito de atuação: Operação

Designação do aviso

Apoios à Contratação

Finalidades e objetivos

-

Programação

Programa	Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão
Prioridade do Programa	4A - Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género
Objetivos específicos	ESO4.1 - Acesso ao emprego
Tipologia de ação	ESO4.1-01 - Apoios ao emprego (ESO4.1)
Tipologia de intervenção	ESO4.1-01-02 - Apoios à contratação
Tipologia de operação	4002 - Apoios à contratação

Dotação Indicativa

Programa	Fundo	Dotação Fundo	Taxa Máxima Cofinanciamento	Financiamento Nacional	Dotação Nacional	Total
PESSOAS	FSE+	56 239 561,50 €	85,00%		0,00 €	56 239 561,50 €
Total		56 239 561,50 €	-		0,00 €	56 239 561,50 €

Enquadramento em instrumentos territoriais

Instrumento Territorial:

Enquadramento:

Região

Alentejo; Norte; Centro.

Período de candidaturas

1º Quadrimestre 2025 a 1º Quadrimestre 2025

Observações

Modalidade de apresentação

Individual.

Legislação nacional

Este Aviso tem política pública regulada ou contribui para Agenda ou Estratégia Nacional?

Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro, que define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a conceção, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programas e medidas, nomeadamente programas de apoio à contratação, destinado a promover a contratação de desempregados, entre os quais os seguintes instrumentos:
- Portaria n.º 207/2020, alterada e republicada pela Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho (Incentivo Ativar);
- Portaria n.º 206/2020, de 27 de agosto, alterada e republicada pelas Portaria n.º 122-A/2021, de 14 de junho, Portaria n.º 331-A/2021, de 31 de dezembro e Portaria n.º 293/2022, de 12 de dezembro, no que se refere ao apoio previsto no artigo 17.º relativo ao prémio ao emprego à entidade promotora que celebre contrato de trabalho com estagiário, nos termos nele previstos;
- Portaria n.º 84/2015, de 20 de março.

Este Aviso tem Regulamentação Específica?

Regulamento Específico Demografia, Qualificações e Inclusão (Portaria n.º 325/2023, de 30 de outubro, na sua atual redação).

Ações elegíveis

-

Tipificação Entidade beneficiária

Pública.

Entidades beneficiárias (incluindo destinatários, quando relevante)

O IEFP, I. P., enquanto organismo responsável pela concretização do respetivo instrumento de política pública, assumindo perante a autoridade de gestão a qualidade de beneficiário, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023, de 22 de março. São destinatários as pessoas que reúnam as condições previstas na regulamentação nacional aplicável à medida de política pública.

Outras observações

-